



Seu País

Berra porque é fraco

PODER Enquanto Senado e Câmara vivem uma guerra fria, Bolsonaro soma revezes, mas quer o povo "dele" nas ruas para encobrir a debilidade

POR ANDRÉ BARROCAL



Depois de tanques do Exército no último dia 10, Jair Bolsonaro quer seus apoiadores nas ruas em 7 de setembro. “O povo que tem que nos dar o norte do que devemos fazer”, afirmou a uma rádio de Cuiabá na terça-feira 17. O apelo aos quartéis e aos fiéis demonstra que o Brasil está entregue a um mandatá-

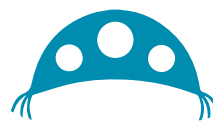
rio fraco, incapaz (ou sem vontade) de governar, embora as pesquisas de popularidade governamental e de intenção de voto em 2022 apontem que um quarto do País está com ele. “O Brasil encontra-se sem governo e ficará assim até o fim do ano que vem”, diz o cientista político Alberto Carlos Almeida, autor do livro *A Cabeça do Brasileiro*, sobre eleições presidenciais.

Bolsonaro não para de colecionar derrotas, fato ofuscado pelo histrionismo do próprio. O Tribunal Superior Eleitoral investe contra a indústria bolsonarista de mentiras nas redes sociais. Um dos atingidos, Allan dos Santos, do canal Terça Livre, responderá na Justiça por ameaça e incitação a crime contra o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso. A in-





TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 28

2022. Em viagem pelo
Nordeste, Lula tenta aparar
arestas com antigos aliados

“Uma barbaridade”, disse o ex-capitão ao saber do corte de subvenção a quem dissemina a desinformação

tenção do ex-capitão de cassar dois juízes do Supremo Tribunal Federal, Barroso entre eles, gerou um berreiro inconsequente. Seu escolhido para o STF, André Mendonça, está em banho-maria no Senado. O plano B presidencial para a vaga, o procurador-geral da República, Augusto Aras, enfrenta denúncias de prevaricação, por não investigar o padrinho. Na CPI da Covid, o depoimento do filho de um coronel amigo expôs Bolsonaro à acusação de falsificação de documento.

Em votações no Congresso, o mandatário tem tido dificuldade para aprovar uma proposta cara à área econômica, a reforma do Imposto de Renda. Mais:

assiste a uma guerra fria entre a Câmara, controlada pelo aliado fiel Arthur Lira, do PP, e o Senado, dirigido por Rodrigo Pacheco, do DEM, eleito para o cargo com apoio do governo, mas que não é um Lira. Pacheco, aliás, foi descrito como um bom presidenciável pelo chefe do PSD, Gilberto Kassab, na passagem deste por Brasília na quarta-feira 18. Bolsonaro, comentou Kassab, está “perdidinho” e caminha para ser derrotado na eleição.

O avanço da Justiça Eleitoral contra a rede bolsonarista de *fake news* atrapalha o plano de reeleição. Na segunda-feira 16, o corregedor-geral do TSE, Luís Felipe Salomão, mandou YouTube, Facebook, Twitter, Instagram e Twitch.tv cortarem a grana repassada a cerca de dez canais e blogueiros disseminadores de desinformação, tais como Terça Livre, Folha Política, Jornal da Cidade Online, Ravox e Giro de Notícias. Uma “barbaridade”, chiou o ex-capitão, sinal de que sentiu o tranco. Os canais e *blogs* alvejados ganhavam dinheiro das plataformas em razão da audiência obtida com mentiras e teorias conspiratórias. Entre estas, a de que as urnas eletrônicas serão fraudadas para roubar Bolsonaro na eleição.

Foi uma transmissão do presidente ao vivo na internet, em 29 de julho, sobre urnas eletrônicas, que levou à abertura do inquérito destinado, segundo Salomão, a asfixiar as finanças dos mentirosos. Naquela *live*, Bolsonaro difundiu alegações infundadas a respeito de urnas, eleição e TSE. “Quanto mais se atacam as instituições e o sistema eleitoral, mais proveito econômico os envolvidos obtêm”, escreveu Salomão em sua decisão.

A delegada da Polícia Federal Denisse Reis Rosas Ribeiro, que trabalha no inquérito, esmiuçou o *modus operandi* dos bolsonaristas que lucraram com inverdades. Foi ela quem sugeriu ao TSE estrangular o caixa da turma. Na visão da de-



Biombo presidencial, o procurador-geral da República, Augusto Aras, é alvo de denúncias por prevaricação, enquanto Rodrigo Pacheco procura conferir dignidade ao seu cargo

MATEUS BONOMI/AGIF/AFP



legada, Bolsonaro é “figura central” da engrenagem. Ele mente, seus seguidores espalham as mentiras nas redes, atraem audiência e aí faturam com doações, novos assinantes, publicidade. “Quanto mais polêmica e afrontosa às instituições for a mensagem, maior o impacto no número de visualizações e doações, reverberando na quantidade de canais e no alcance do maior número de pessoas”, anotou Denisse em um relatório.

A delegada transita pelo submundo bolsonarista desde o ano passado. Participava da investigação no Supremo sobre os chamados atos antidemocráticos, a pregação ditatorial bolsonarista levada a cabo no Dia do Exército, 19 de abril, de 2020. O inquérito foi arquivado em julho deste ano, a pedido de Augusto Aras, mas o juiz do caso no STF, Alexandre de Moraes, aproveitou elementos colhidos ali e abriu nova apuração, para conferir se a rede de *fake news* seria uma organização criminosa. E escalou Denisse no inquérito.

Moraes é o outro togado supremo de quem Bolsonaro quer inutilmente o *impeachment*. A gota d’água da raiva presidencial com ele foi a prisão preventiva, em 13 de agosto, do chefe do PTB, Roberto Jefferson, bolsonarista desbragado. A detenção atendeu a uma ordem de Moraes, no inquérito sobre milícias digitais. O juiz viu na conduta do encarcerado indícios de injúria, calúnia e difamação, incitação e apologia do crime e de denúncia caluniosa. Em vídeos e postagens na *web*, Jefferson defendeu fechar o Supremo e agredir os togados. “As manifestações, discursos de ódio e homofóbicos e a incitação à violência não se dirigiram somente a diversos ministros da Corte, chamados pelos mais absurdos nomes, ofendidos pelas mais abjetas declarações”, assinalou Moraes.

Um dia após a prisão, Bolsonaro tuitou que Moraes e Barroso “extrapolam com atos os limites constitucionais” e que proporia ao Senado o *impeachment*



Roberto Jefferson
gosta de carregar fuzis

da dupla. Examinar a degola de togado supremo é atribuição dos senadores. O espreiteio do ex-capitão não passará disso. Mero espreiteio. É verdade que o bolsonarismo se alimenta mais de briga do que de vitórias, mas a tentativa vã de casar os dois juizes é mais um sinal de debilidade. Até a quinta-feira 19, dia da conclusão desta reportagem, o governo não tinha pedido formalmente a cabeça de Moraes e Barroso. O presidente do Se-

nado, Rodrigo Pacheco, antecipou-se e mostrou, com aquele jeito mineiro, que não ia dar em nada. Não é “recomendável”, disse, ou seja, o *impeachment* de magistrado do Supremo agora.

Pacheco chegou ao comando do Senado com apoio do governo e da oposição, e nesta havia quem temesse faltar-lhe envergadura para enfrentar o ex-capitão, quando necessário. A CPI da Covid justificou o temor: Pacheco só a instalou após ordem do Supremo. Na comissão na terça-feira 17, o auditor Alexandre Marques, do Tribunal de Contas da União, complicou o presidente, embora seja filho de um amigo de Bolsonaro. Marques é o autor



de um esboço sobre suposta supernotificação de casos de Covid-19. Contou na CPI ter enviado o esboço em um arquivo de Word ao pai, o coronel Ricardo Silva Marques. Este repassou a Bolsonaro, e aí o arquivo virou um PDF com timbre do TCU. Em junho, Bolsonaro disse que a Corte de Contas concluíra que metade das mortes por Covid em 2020 tinha causa diferente. Para a CPI, o ex-capitão e seu entorno falsificaram um documento.

Além de uns freios em Bolsonaro, Pacheco vive uma guerra fria com Lira e a Câmara. Os deputados preparavam o “distritão” como forma de eleger parlamentares? Pacheco avisou no início de agosto que a ideia não passaria no Senado, e ela morreu. Os deputados insistem em ressuscitar as coligações para a eleição de 2022? O mineiro acaba de dizer que, no Senado, a “tendência” é barrar a proposta. Lira tenta fazer andar uma reforma tributária sem debater conjuntamente com o Senado? Pacheco afirmou, em debate virtual com o Santander na terça-feira 17, que será difícil um consenso agora. A Câmara ignorou mudanças feitas pelo Senado em uma Medida Provisória, a 1.040, sobre abertura de empresas? O senador viu “violação” da separação de poderes e quer o veto de Bolsonaro.

Pacheco tem formas de pressionar o presidente. Mais de um mês depois de o ex-capitão indicar André Mendonça, ex-advogado-geral da União, para o Supremo, o mineiro ainda não leu a indicação no plenário. Cabe ao Senado aprovar ministros para a Corte e, sem a leitura da indicação, o assunto não anda. Conforme revelado por *CartaCapital*, o ex-capitão recebera um aviso, em junho, do senador Davi Alcolumbre, chefe da Comissão de Constituição e Justiça, incumbida de sabatar os designados para o STF, que Mendonça não era do gosto do Senado e sequer teria sua sabatina marcada. Bolsonaro pagou para ver e seu escolhido é quem paga agora, deixado no limbo.



Allan dos Santos, do canal Terça Livre, responderá por ameaças e incitação ao crime contra o presidente do TSE



Barroso é sempre atacado pelo bolsonarismo por se opor ao voto impresso

Em um evento da Assembleia de Deus no Pará, na quarta-feira 18, o presidente contou ter pedido a Mendonça que faça uma oração semanal no Supremo, no início de uma sessão. Não é, contudo, esse tipo de coisa que explica a resistência dos senadores. Estes acham que o ex-AGU é um lavajatista, um criminalizador da política. Preferem para a vaga Aras, o procurador-geral que desmontou a Operação Lava Jato e pouco incomoda os políticos. Pouco incomoda principalmente Bolsonaro, motivo para ter sido alvo, nos últimos dias, de dois pedidos de investigação pelo crime de prevaricação, a omissão de agente público no cumprimento do dever.

Um pedido partiu de quatro subprocuradores-gerais aposentados (entre eles Claudio Fonteles, ex-PGR) e de um ex-juiz. O quinteto acionou o Conselho Superior do Ministério Público Federal. Para o grupo, Aras “vem, sistematicamente, deixando de praticar, ou retardando, a prática de atos funcionais para favorecer a pessoa do presidente da República ou de pessoas que lhe estão no entorno”. O outro é de autoria dos senadores Alessandro Vieira, do Cidadania, e Fabiano Contarato, da Rede. Eles foram ao Supremo, pretendem que a Corte mande o caso ao Conselho Superior. “A atuação omissa reiterada de Aras é contrária ao papel essencial que a Constituição Federal reservou para a PGR. É uma vergonha para o Ministério Público e exige um processo de responsabilização”, afirma Vieira.

Em manifestações públicas, Aras defendeu-se. Disse se sentir injustiçado, que um PGR não pode tudo e não é omissor. Ele até foi à cúpula da CPI da Covid, na quarta-feira 18, para, digamos, explicar-se. O que se ouve na comissão é que, se Aras trabalhasse, a CPI não seria necessária.

São soldados fiéis como o procurador-geral que Bolsonaro quer nas ruas nos próximos dias, para esconder a própria fragilidade. •